

# **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**

## **Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2021**

### **Conteúdo**

Relatório do Auditor Independente .....	1
Balancos Patrimoniais.....	3
Demonstração dos Resultados dos Exercícios.....	4
Demonstração do Resultado Abrangente.....	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa.....	7
Demonstração do Valor Adicionado.....	8
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.....	9

## **RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos

Srs. Acionistas e Conselheiros da

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**

Itaúna – MG

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase**

#### **Incerteza relacionada com a continuidade operacional**

Chamamos a atenção para as Notas explicativas 1 e 5 às demonstrações contábeis, que relata que a Companhia alienou o seu principal ativo gerador de receita, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essa situação faz com que a Companhia fique dependente do recebimento das parcelas relativas à venda do referido imóvel, para honrar com todos os seus compromissos, que vencem nos próximos exercícios sociais. A Administração da Companhia face o formato da transação entende não existir riscos de não recebimento. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

#### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que em nosso julgamento profissional foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza significativa relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos abaixo são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

- Incerteza sobre a geração de caixa futuro

Em função da venda do principal ativo, que era o gerador de caixa operacional para pagamento das obrigações da Companhia, para o exercício de 2022, os valores totais de receitas operacionais a serem geradas não serão insuficientes para pagamento de todas as obrigações, o que dependerá da realização dos valores a receber da venda do ativo.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a revisão do fluxo de caixa futuro e a obtenção de garantias que os valores definidos que serão recebidos ao longo de 2022, relativo a venda do imóvel, serão suficientes para honrar os compromissos da Companhia. A nossa revisão inclui a avaliação das estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia, por meio da análise dos critérios e premissas utilizados para mensuração dos desembolsos futuros, para inclusão no fluxo de caixa proejado.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a capacidade da Companhia para geração de caixa futuro será suficiente para honrar os compromissos assumidos, bem como as divulgações relacionadas são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

## **Outros assuntos**

### **Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de março de 2022

**MOORE CONSULTING NEWS**  
**AUDITORES INDEPENDENTES**  
**CRC- MG 6.494/0-4**

**Adelmo de Oliveira**  
**Sócio-Diretor**  
**Contador CRC - MG 46.235**

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais)

<b><u>ATIVO</u></b>	<b>Notas</b>	<b><u>31.12.2021</u></b>	<b><u>31.12.2020</u></b> (reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	24.493	5.463
Contas a receber - clientes	5	23.547	47.660
Estoques – imóveis à venda	6	1.345	837
Impostos a recuperar	7	174	57
Outros ativos		81	70
		<b>49.640</b>	<b>54.087</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber - clientes	5	-	22.500
Investimento		118	117
Imobilizado	8	3.467	3.503
		<b>3.585</b>	<b>26.120</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>53.225</b>	<b>80.207</b>
<b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
	<b>Notas</b>	<b><u>31.12.2021</u></b>	<b><u>31.12.2020</u></b> (reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e tributárias	9	2.900	7.964
Credores diversos	10	1.170	1.301
Empréstimos	11	-	995
Parcelamentos – REFIS	12	2.563	4.401
		<b>6.633</b>	<b>14.661</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	13		8.164
Parcelamentos - REFIS	12	15.232	18.619
Provisão para contingências	14	1.615	14.574
		<b>16.847</b>	<b>41.357</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>23.480</b>	<b>56.018</b>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>			
	15		
Capital social		19.766	19.766
Reserva de capital		64	64
Ações em Tesouraria		(7.530)	-
Reserva de Lucros		17.445	4.359
		<b>29.745</b>	<b>24.189</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>53.225</b>	<b>80.207</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação -R\$)

	Notas	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<b>RECEITA LIQUIDA DE SERVIÇOS</b>	16	<b>3.176</b>	(reapresentado) <b>109.376</b>
Custo sobre serviço prestado	17	(997)	(8.286)
<b>RESULTADO BRUTO</b>		<b>2.179</b>	<b>101.090</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	17	(1.851)	(2.139)
Outras receitas operacionais, líquidas	19	13.951	16.150
		<b>12.100</b>	<b>14.011</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>		<b>14.279</b>	<b>115.101</b>
Receita financeira		570	15
Despesa financeira		(1.299)	(5.144)
Resultado financeiro, líquido	18	<b>(729)</b>	<b>(5.129)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>13.550</b>	<b>109.972</b>
Imposto de Renda		(335)	(2.955)
Contribuição Social		(129)	(1.446)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>13.086</b>	<b>105.571</b>
Resultado por lote de mil ações – R\$ mil	21	1,4355	11,5808

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais)

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado do exercício	13.086	105.571
Realização reserva de reavaliação	-	1.093
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>13.086</u></b>	<b><u>106.664</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**  
(Em milhares de reais)

	<u>Capital Social</u>	<u>Reserva de capital</u>	<u>Ações em Tesouraria</u>	<u>Reserva de reavaliação</u>	<u>Reserva de Lucros</u>		<u>Lucros (Prejuízos) Acumulados</u>	<u>Total</u>
					<u>Retenção de Lucros</u>	<u>Reserva Legal</u>		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	19.766	64	-	1.093	-	-	(102.305)	(81.382)
Realização da reserva	-	-	-	(1.093)	-	-	1.093	-
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	89.427	89.427
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Apresentado originalmente)</b>	<b>19.766</b>	<b>64</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(11.785)</b>	<b>8.045</b>
Efeitos da reapresentação	-	-	-	-	-	-	16.144	16.144
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020 (reapresentado)</b>	<b>19.766</b>	<b>64</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>4.359</b>	<b>24.189</b>
Ações próprias adquiridas	-	-	(7.530)	-	-	-	-	(7.530)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	-	13.086	13.086
Constituição de reservas:								
Reserva Legal	-	-	-	-	-	654	(654)	-
Reserva de retenção de Lucros	-	-	-	-	16.791	-	(16.791)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>19.766</b>	<b>64</b>	<b>(7.530)</b>	<b>-</b>	<b>16.791</b>	<b>654</b>	<b>-</b>	<b>29.745</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS**  
**FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019**

(Em milhares de reais)

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
		(reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Resultado do exercício	<b>13.086</b>	<b>105.571</b>
<b>Ajustes:</b>		
Depreciação	43	180
Rerversão de dívida bancária	(992)	-
Rerversão de provisão para contingencia	(12.959)	-
Valor de ativo permanente baixado, líquido	137	6.782
Juros e variação monetária	928	4.492
	<b>243</b>	<b>117.025</b>
Aumento) redução de contas a receber de clientes	46.613	(69.537)
(Aumento) redução de impostos a recuperar		509
(Aumento) redução de adiantamentos e outros	(636)	697
Aumento (redução) de obrigações sociais e tributárias	(5.064)	(8.515)
Aumento (redução) de credores diversos	(131)	(4.768)
<b>Caixa originado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>40.782</b>	<b>(81.614)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>41.025</b>	<b>35.411</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Adições de imobilizado e investimentos	(144)	(266)
Resgate de ações próprias	(7.530)	-
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(7.674)</b>	<b>(266)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Ingresso de empréstimos	-	2.430
Pagamento de empréstimos	(3)	(7.659)
Pagamento de partes relacionadas	(8.164)	(22.009)
Pagamento de parcelamento - REFIS	(6.154)	(2.483)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(14.321)</b>	<b>(29.721)</b>
<b>(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19.030</b>	<b>5.424</b>
Disponibilidades no início do exercício	5.463	39
Disponibilidades no final do exercício	24.493	5.463
<b>(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>19.030</b>	<b>5.424</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES**  
**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020**

(Em milhares de reais)

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
<b>Receitas</b>		
Receita de aluguel e venda de energia	1.722	8.606
Receita com venda de imóvel	-	105.700
Venda de bens do ativo permanente e outros	15.444	723
<b>Total</b>	<b>17.166</b>	<b>115.029</b>
<b>Insumos adquiridos de terceiros (inclui impostos)</b>		
Impostos incidentes sobre as receitas	39	4.173
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	384	7.124
<b>Total</b>	<b>423</b>	<b>11.297</b>
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>16.743</b>	<b>103.732</b>
Depreciação	43	192
Receita Financeira	570	15
Ajuste a valor presente sobre contas a receber	-	1.480
<b>Valor adicionado líquido produzido pela companhia</b>	<b>17.270</b>	<b>102.075</b>
<b>Distribuição do valor adicionado</b>		
Pessoal	1.467	1.637
Impostos, taxas e contribuições	797	5.385
	<b>2.264</b>	<b>7.022</b>
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>		
Serviços contratados	621	482
Juros e variação monetária	1.299	5.144
	<b>1.920</b>	<b>5.626</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>		
Resultado do exercício	13.086	89.427
	<b>17.270</b>	<b>102.075</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## **COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

COMPANHIA ITAUNENSE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES, com sede em Itaúna/MG, CNPJ: 21.254.073/0001-80, nestas notas explicativas, também designada como Itaunense ou apenas Companhia, é uma Sociedade genuinamente mineira, fundada em maio de 1911, tendo, como objeto social atividade imobiliária de imóveis próprios, aluguel e arrendamento de imóveis próprios, comercialização de energia elétrica e transmissão de energia elétrica, além de participações decorrentes de incentivos fiscais e participar de outras sociedades ou companhias e constituir subsidiárias.

O processo de recuperação judicial foi aliado à preservação e manutenção de importante acervo patrimonial da Companhia. O objetivo principal do Plano de Recuperação Judicial é conciliar e viabilizar a continuidade das atividades da companhia e, conseqüentemente, os pagamentos das suas dívidas, que de resto tem seus efeitos positivos e a todos interessa.

#### **a) Continuidade dos negócios da Companhia – arrendamento do Departamento Siderúrgico**

Até o final do exercício de 2020, a principal receita operacional da Companhia advinha do arrendamento de seu departamento siderúrgico à SIMEC, sucessora do grupo ArcelorMittal, cujo contrato de arrendamento encerrou em 31 de agosto de 2020, sendo prorrogado até a data efetiva da conclusão da operação de venda.

No final do exercício de 2020, a Companhia concluiu o processo de venda do parque industrial à mesma Empresa que vinha assumindo o arrendamento Siderúrgico. O valor total da venda foi de R\$105.700 mil (vide detalhamento das parcelas recebidas e a receber na nota explicativa no. 5).

A Administração da Companhia acredita conseguir honrar todos os seus compromissos existentes e já iniciou o processo para identificação de novos negócios que poderão vir ser desenvolvidos, além do arrendamento das usinas hidrelétricas, o qual já está em processo de operação e geração de renda para a Companhia.

#### **b) Outras informações – reapresentação**

No final do exercício de 2020, com o advento da venda do imóvel siderúrgico a Companhia optou por efetuar um planejamento financeiro, para honrar com todas as suas dívidas, principalmente as de cunho tributário, consolidada no Refis. Através desse estudo e após diversas reuniões na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, obteve acesso a sua dívida consolidada e pode constatar um erro no valor considerado pela contabilidade como sendo a dívida tributária. Com esses extratos o saldo da dívida foi regularizado e correspondem ao montante de R\$23.020 mil em 31 de dezembro de 2020. Conseqüentemente, o saldo devedor apresentado nas demonstrações financeiras de 2020 precisou ser reapresentado, conforme descrito na nota 23, seguindo o disposto no item 42 (b) do CPC 23 Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro as demonstrações financeiras.

### **2. BASES DE ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

#### **Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IFRS")), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas, por sua vez, abrangem as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de

Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão

### **Base de Elaboração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, no fim de cada exercício, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### **Principais julgamentos contábeis e fontes de incertezas nas estimativas**

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue julgamentos, elabore estimativas e adote premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como de receitas, custos e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos registrados nas demonstrações financeiras. Estimativas e premissas significativas são utilizadas principalmente na: (i) contabilização da provisão para perdas ao valor recuperável das contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa/perdas esperadas; (ii) definição da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado; (iii) mensuração do passivo de arrendamento; (iv) contabilização de provisões para riscos; (v) contabilização do imposto de renda e contribuição social.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas sempre que necessário, de modo a refletir alterações que venham a ocorrer durante o período, as quais são reconhecidas no período em que ocorrem, ou seja, dentro de seu período de competência.

### **Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

### **Demonstração do Valor Adicionado ("DVA")**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada como parte de suas demonstrações financeiras, conforme requerido pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas. A DVA não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs. A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos custos e despesas e pelo valor adicionado recebido em transferência. A segunda parte apresenta a distribuição da riqueza entre impostos, taxas e contribuições, pessoal, remuneração de capital de terceiros e remuneração do capital próprio.

### **Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente**

- Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamentos

Em maio de 2020, o IASB emitiu alterações a IFRS 16 – Arrendamentos referentes a benefícios relacionados ao Covid19 concedidos para arrendatários em contratos de arrendamento. Em 7 de julho de 2020, a CVM, através da Deliberação nº 859/20, aprovou alterações no Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos, que equivale a IFRS em questão. A referida Deliberação

aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2020 e afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021 e em pagamentos de arrendamento aumentados que se estendam após 30 de junho de 2021. Como expediente prático, o arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício concedido em um contrato de arrendamento, relacionado ao Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento e, assim, contabilizar as mudanças resultantes nos pagamentos de arrendamento no resultado do período.

Em 31 de março de 2021, o IASB emitiu novas alterações a IFRS 16 estendendo em um ano o expediente prático para benefícios concedidos que ocorram como consequência da pandemia da Covid-19 afetando, portanto, pagamentos devidos em ou até 30 de junho de 2022. Em 22 de julho de 2021, a CVM, através da Resolução CVM nº 41/21, aprovou o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 18/21, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que altera o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Arrendamentos. Esta resolução entrou em vigor em 2 de agosto de 2021, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021. O arrendatário poderá aplicar as alterações para os pagamentos devidos em ou antes de 30 de junho de 2022.

- Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2 (Alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

Em setembro de 2020, o IASB publicou a segunda fase da Reforma da Taxa de Juros de Referência, que estabelece emendas aos seguintes pronunciamentos contábeis:

- CPC 06 (R2) - IFRS 16: Arrendamentos
- CPC 11 - IFRS 4: Contratos de Seguro
- CPC 38 - IAS 39: Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
- CPC 40 (R1) - IFRS 7: Instrumentos Financeiros: Evidenciação
- CPC 48 - IFRS 9: Instrumentos Financeiros

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais de ativos e passivos financeiros e passivos de arrendamento, ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa.

Em 11 de fevereiro de 2021, a CVM, através da Resolução CVM nº 18/21, aprovou o Documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, que equivale às alterações em questão. A referida Resolução aplica-se aos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021.

A Companhia realizou análise dessas alterações e não identificou impactos relevantes com relação às práticas contábeis adotadas atualmente.

### **Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia**

As IFRSs a seguir foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1º de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022.

- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2022:
  - (i) IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - (ii) IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - (iii) IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" -simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Companhia é como segue:

Caixa e equivalentes de caixa: Estão representados por contas bancárias disponíveis. As aplicações financeiras são investimentos de curto prazo, com vencimentos originais de até noventa dias a contar da data da aplicação financeira, constituídos de títulos de alta liquidez, conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

Contas a receber de clientes: As contas a receber de clientes são demonstradas ao valor de realização, deduzidas de provisão para créditos de difícil liquidação, quando necessário, e decorrem de prestações de serviços de aluguel.

Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um exercício de tempo em troca de contraprestação.

#### Como arrendatária

A Companhia aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. A Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de utilizar os ativos arrendados.

#### Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de contratos de arrendamento de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento em contratos de arrendamento cujos ativos subjacentes sejam de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do contrato.

#### Como arrendadora

A companhia celebra contratos de arrendamento na qualidade de arrendador com relação a algumas de suas propriedades para investimento. A maior parte da renda advinha do arrendamento à SIMEC, sucessora da ArcelorMittal. O contrato findou-se em 31 de agosto de 2020. Ao a finalização do contrato a propriedade foi vendida, como explicado anteriormente. Em relação às usinas hidrelétricas, o contrato data de 2019 e tem o objetivo de modernização, troca de equipamentos e automatização.

Os arrendamentos nos quais a companhia é arrendador são classificados como arrendamentos financeiros ou operacionais. Sempre que os termos do arrendamento transferem substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário o contrato é classificado como arrendamento financeiro. Todos os outros arrendamentos são classificados como arrendamentos operacionais.

Quando a companhia é o arrendador intermediário, o arrendamento principal e o subarrendamento são classificados como dois contratos distintos. O subarrendamento é classificado como arrendamento financeiro ou operacional com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal.

A receita de aluguel oriunda de arrendamento operacional é reconhecida pelo método linear durante o prazo do arrendamento em questão. Os custos indiretos iniciais incorridos na negociação e preparação do arrendamento operacional são adicionados ao valor contábil dos ativos arrendados e reconhecidos pelo método linear pelo prazo do arrendamento.

As contas a receber de arrendatários referentes a arrendamentos financeiros são reconhecidas como contas a receber no valor do investimento líquido da companhia nos bens arrendados. O rendimento do arrendamento financeiro é reconhecido nos exercícios contábeis, a fim de refletir a taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido da companhia em aberto em relação aos arrendamentos.

Quando o contrato inclui componentes de arrendamento e não arrendamento, a companhia aplica o IFRS 15 (CPC47) para alocar a contraprestação resultante do contrato para cada componente.

Estoques: Estão demonstrados ao custo médio de aquisição, líquidos de provisão para ajuste ao valor realizável líquido, obsolescência e baixa movimentação, quando necessário.

Imóveis destinados à venda: São classificados como destinados à venda os imóveis que não são mais necessários para uso ou expansão da Companhia e que foram colocados à venda. São mensurados pelo seu valor justo menos despesas de venda, quando este for menor do que os valores residuais contábeis.

Imobilizado: O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição e/ou construção de um ativo.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

A vida útil estimada dos itens do imobilizado é conforme segue:

<b>Bens</b>	<b>Vida útil</b>
Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	05 anos

O valor residual e a vida útil dos ativos são avaliados pela administração da Companhia, pelo menos ao final de cada exercício.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício pelos seus valores líquidos.

Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros nas seguintes categorias: ao valor justo por meio do resultado ("FVTPL"), ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("FVOCI") e ao custo amortizado.

i. Ativos e passivos financeiros não derivativos – reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros quando, e somente quando, se tornar parte das disposições contratuais dos instrumentos. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

ii. Ativos financeiros não derivativos – mensuração

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e



- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se satisfizer ambas as condições a seguir:

- ✓ o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e
- ✓ os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Além disso, no reconhecimento inicial, a Companhia pode irrevogavelmente designar um ativo ou passivo financeiro como mensurado ao valor justo por meio do resultado com o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo ou passivo.

### iii. Passivos financeiros não derivativos – mensuração

Os instrumentos financeiros classificados no passivo, após seu reconhecimento inicial pelo seu valor justo, são mensurados com base no custo amortizado com base no método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado, como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

### iv. Derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os instrumentos derivativos contratados não são designados para a contabilização de hedge. As variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidas imediatamente na demonstração do resultado.

### v. Redução ao valor recuperável de Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- ✓ inadimplência ou atrasos do devedor;
- ✓ reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- ✓ indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- ✓ mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- ✓ o desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada, que inclui as perdas de crédito esperadas. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houve uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável

Provisões para riscos: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores envolvidos de maneira confiável e cuja expectativa de desembolso seja considerada provável.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos estão atualizadas até a data do balanço pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados e da administração da Companhia e de suas controladas. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos estão descritos na nota explicativa nº 14.

Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e contribuição social foram apurados de acordo com a sistemática denominada "Lucro Presumido", sendo que, o imposto de renda foi calculado sobre a presunção de 32% da receita bruta pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 mil no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social foi computada sobre a presunção de 32% sobre a alíquota de 9%, reconhecidos pelo regime de competência. As provisões de imposto de renda pessoa jurídica e da contribuição social sobre o lucro líquido referentes às receitas financeiras não foram efetuadas, haja vista, a permissão de reconhecimento futuro, conforme consta do parágrafo 9 inciso 11 do artigo 55 da Lei nº 1022/2010 (no caso de pessoa jurídica tributada com base do lucro presumido ou arbitrado).

Demais ativos e passivos: Os ativos estão demonstrados pelos valores líquidos de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos até o encerramento do exercício. Os passivos registrados estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e as variações monetárias incorridos em base "pró-rata" dia.

Recompra de ações (ações em tesouraria): Quando ações reconhecidas como patrimônio líquido são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis, líquido de quaisquer efeitos tributários, é reconhecido como uma dedução do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como dedução do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital.

Apuração da receita: As receitas de prestação de serviços são reconhecidas no montante da utilização dos serviços. As receitas são mensuradas pelo valor justo das contrapartidas recebidas ou a receber,

liquidas de descontos e impostos. A receita proveniente da venda da geração de energia elétrica é registrada com base na energia assegurada com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

Moeda funcional e moeda de apresentação: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados utilizando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

Resultado por ação: É determinado com base no número médio ponderado de ações durante o exercício social, em conformidade com a Lei nº 6.404/76. Não existem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações em circulação.

#### 4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo registrado refere-se a saldos em Caixa e Contas bancárias, com liquidez imediata e baixo risco de perda de valor quando da sua realização.

A composição do saldo de caixa e equivalente de caixa é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Caixa	2	2
Bancos conta movimento	410	3.538
Bancos conta de aplicação financeira	24.081	1.923
	<u><b>24.493</b></u>	<u><b>5.463</b></u>

#### 5. CONTAS A RECEBER

A composição do saldo a receber de clientes são como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
SIMEC - Venda Imóveis (a)	22.500	69.020
SIMEC - Aluguel	623	622
Outros	524	518
	<u><b>23.547</b></u>	<u><b>70.160</b></u>
Circulante	23.547	47.660
Não circulante	-	22.500
	<u><b>23.547</b></u>	<u><b>70.160</b></u>

- a) Refere-se ao saldo a receber da venda da Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC), vide detalhamento abaixo. Os outros valores são referentes a o arrendamento da Central de Geração Hidrelétrica e saldo remanescente de aluguel com a própria Simec.

O detalhe da venda da venda Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC) são como segue:

	<b>R\$ mil</b>
Valor total da Venda	105.500
Valores recebidos antecipadamente a concretização da negociação	(23.000)
Saldo a receber quando da conclusão da negociação	82.500
Valores recebidos durante o exercício de 2020 e 2021	(60.000)
Saldo a receber em 31 de dezembro de 2021	<b>22.500</b>

## 6. ESTOQUES – IMÓVEIS À VENDA

Referem-se a bens da Companhia colocados à venda, em função da reestruturação que está sendo promovida, em atendimento ao processo de recuperação judicial.

A administração da Companhia não considera necessário a constituição de provisão para ajustar os valores dos bens colocados à venda a um valor de mercado.

## 7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos a recuperar ou compensar estão demonstrados pelo valor líquido de eventuais perdas na realização, e assim se apresentam:

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
PIS	5	5
COFINS	50	50
IRRF	119	2
<b>Total</b>	<b>174</b>	<b>57</b>

## 8. IMOBILIZADO

A movimentação do imobilizado para os exercícios é como segue:

	<b>Saldo em 01.01.2020</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Transferência</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31.12.2020</b>
Terrenos	9.114	-	-	(6.738)	-	2.376
Edificações	135	-	-	-	-	135
Máquinas e Equipamentos	662	17	(2)	-	(87)	590
Móveis e Utensílios	31	-	-	-	(3)	28
Veículos	241	232	(31)	-	(102)	340
Imobilizado em curso	34	-	-	-	-	34
<b>Total</b>	<b>10.217</b>	<b>249</b>	<b>(33)</b>	<b>(6.738)</b>	<b>(192)</b>	<b>3.503</b>

	<b>Saldo em 01.01.2021</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>Depreciação</b>	<b>Saldo em 31.12.2021</b>
Terrenos	2.376	140	-	-	2.516
Edificações	135	-	-	-	135
Máquinas e Equipamentos	590	4	-	(6)	588
Móveis e Utensílios	28	-	-	-	28
Veículos	340	-	(137)	(37)	166
Imobilizado em curso	34	-	-	-	34
<b>Total</b>	<b>3.503</b>	<b>144</b>	<b>(137)</b>	<b>(43)</b>	<b>3.467</b>

A Companhia decidiu não utilizar o custo atribuído pelo fato de entender que os valores contábeis registrados são condizentes com seus valores justos. Outro ponto abordado por esses normativos refere-se à revisão da taxa de depreciação dos ativos imobilizados. A Companhia entende que as taxas atualmente utilizadas refletem adequadamente a vida útil-econômica desses ativos.

## 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Obrigações sociais	29	65
Obrigações tributárias (a)	2.814	7.855
Provisões trabalhistas	57	44
	<b>2.900</b>	<b>7.964</b>

(a) Refere-se aos impostos incidentes sobre a venda da Usina Siderúrgica da Companhia à SIMEC, incluindo o Imposto de Renda e a Contribuição Social. Como regime tributário adotado pela Companhia é o Lucro Presumido, no regime de caixa, os valores dos impostos só serão recolhidos concomitantemente ao quando recebimento das prestações

## 10. CREDORES DIVERSOS

	<b>31.12.2021</b>	<b>31.12.2020</b>
Fornecedores	30	26
Adiantamento de clientes (a)	130	330
Crédito de clientes (b)	945	945
Outros	65	-
	<b>1.170</b>	<b>1.301</b>

a) Refere-se a antecipação dos arrendamentos recebidos, referente a 12 meses de contrato de locação. O saldo está sendo amortizado mensalmente e reconhecido como receita de aluguel.

b) Representam o saldo remanescente a pagar, relativos a credores quirografários diversos. O plano de recuperação judicial contemplava mais de 160 credores, sendo que parte deles receberam seus créditos logo após a aprovação do plano.

## 11. EMPRÉSTIMOS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Banco HSBC S/A (a)	-	992
Outros	-	3
	<u>-</u>	<u>995</u>

- a) Em função do pedido de Recuperação Judicial, a maioria dos contratos de empréstimos foram renegociados e, por serem classificados como quirografários, estão atualizados somente pela Taxa Referencial – TR, conforme definido e aprovado no Plano de Recuperação Judicial. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração optou por não reconhecer nenhuma atualização sobre esse empréstimo, em função de ter iniciado um processo de negociação com a referida Instituição para pagamento dessa dívida.

## 12. PARCELAMENTOS – REFIS

A Companhia optou pelo Refis, normatizado pela Lei nº. 11.941/09 e MP nº.470/09, para parcelamento de seus tributos e, se utilizando dos benefícios estabelecidos pela Lei nº. 12.865, de 09 de outubro de 2013, solicitou nova inclusão dos seus débitos previdenciários e de impostos e contribuições federais consolidados junto à Receita Federal do Brasil. Posteriormente a Companhia optou pelo PERT.

Os parcelamentos são amortizados mensalmente e estão atualizados monetariamente pela variação da SELIC. A movimentação para o exercício pode ser assim apresentada:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<b>Saldo inicial</b>	<b>23.020</b>	<b>40.550</b>
Ajuste do saldo inicial (vide nota 1.1)	-	(16.254)
<b>Saldo inicial (reapresentado)</b>	<b>23.020</b>	<b>24.296</b>
Pagamentos normais	(6.154)	(2.483)
Atualização monetária	929	1.097
<b>Saldo final</b>	<b>17.795</b>	<b>22.910</b>
Circulante	2.563	4.401
Não Circulante	15.232	18.619
	<u>17.795</u>	<u>23.020</u>

### Programa Especial de Regularização Tributária – PERT

A Companhia, em outubro de 2017, aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT, instituído pela Medida Provisória nº 783/2017, posteriormente convertida na Lei 13.496/17, visando equalizar os passivos fiscais, por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e tributárias. O programa permitiu o pagamento ou parcelamento com benefício de redução das dívidas vencidas até 30 de abril de 2017, inclusive aquelas objeto de parcelamentos anteriores rescindidos ou ativos, em discussão administrativa ou judicial, ou provenientes de lançamento de ofício efetuados após a publicação da Lei.

### 13. PARTES RELACIONADAS

Os valores referem-se a contas a pagar para partes relacionadas relativas ao contrato de novação de dívidas da Companhia, as quais foram assumidas pelos sócios apresentados abaixo:

#### Passivo

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Antônio Santos Salera	-	920
Tonny Salera Primeiro	-	2.196
Vitória Imóveis Ltda.	-	5.048
	<u>-</u>	<u>8.164</u>

As transações envolvendo partes relacionadas foram efetuadas em condições normais de mercado. Os saldos em aberto no encerramento do exercício referem-se aos contratos de novações de dívidas, assumidas pelas partes relacionadas, diretas e indiretas, os quais foram realizadas como forma de viabilização do plano de recuperação judicial.

#### Remuneração dos administradores

Os diretores são as pessoas chaves que tem autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados e salários) contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas", no montante de R\$594 mil (R\$ 564 mil , em 2020).

### 14. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia é parte envolvida em processos cíveis, cujas discussões se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. O risco de perda associado a cada processo é avaliado periodicamente pela administração em conjunto com seus consultores jurídicos externos, e leva em consideração: (i) histórico da perda envolvendo discussões similares; (ii) entendimentos dos tribunais superiores relacionados a matérias de mesma natureza; (iii) doutrina e jurisprudência aplicável a cada processo. Com base nessa avaliação, a administração constituiu provisão para contingência para aqueles processos cuja avaliação de risco é considerada como provável a perda.

O saldo de provisão para contingências é como segue:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Contingência Cível (a)	-	12.959
Outras Contingências (b)	1.615	1.615
	<u>1.615</u>	<u>14.574</u>

- a) Refere-se a dívida existente a época da falência, junto a determinada Instituição Financeira, que teria sido coberta por um grupo de seguradoras. Em função de todo o processo que a Companhia vem passando, a administração considerou prudente manter a provisão dessa dívida até que todos os recursos judiciais e discussões entre a Instituição Financeira e o Grupo de Seguradoras cessem.

A provisão constituída era decorrente dos autos 1106687-80.1997.8.13.0024, em ação ajuizada em 1997. A administração Companhia obteve informação atualizada de que não mais faz parte

dos autos, que tão somente tramita contra as seguradoras, motivo pelo qual foi efetuada a reversão da referida provisão.

- b) Refere-se basicamente a discussões fiscais sobre diferença entre o percentual de cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social, pelo lucro presumido e o efetivo recolhimento. A administração da Companhia considerou prudente manter a provisão da diferença até que a sua consulta seja respondida.

## 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### a) Capital social

Conforme AGE de 05 de junho de 2018, o capital social é de R\$ 20.933 mil (vinte milhões, novecentos e trinta e três mil reais), dividido em 9.116.000 (nove milhões, cento e dezesseis mil) ações ordinárias, todas escriturais, sem emissão de certificados e sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2021 ainda existiam R\$1.167 mil de ações a serem realizadas.

### b) Ações Ordinárias

Os detentores de ações ordinárias têm o direito ao recebimento de dividendos, conforme definido no estatuto da Companhia. As ações ordinárias dão o direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia. Com relação às ações em tesouraria, todos os direitos dessas ações estão suspensos até que essas ações sejam colocadas novamente no mercado.

### c) Reserva legal

A reserva legal é constituída à alíquota de 5% sobre o lucro líquido do exercício, conforme artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social, e sua destinação é limitada à compensação de prejuízos acumulados e ao aumento de capital da Companhia.

### d) Reserva de lucros

A reserva de retenção de lucros representam o resultado não distribuído após constituição da reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios ou os valores acumulados dos prejuízos apurados no exercício e/ou exercícios anteriores. A compensação de prejuízos com saldos de reservas de lucros ocorre obrigatoriamente quando ainda houver saldo de prejuízos, após terem sido absorvidos os saldos de lucros acumulados e das demais reservas de lucro (parágrafo único do art. 189 da Lei nº 6.404/76).

### e) Ações em tesouraria

Ações em tesouraria compreende o custo de ações da Companhia que foram recompradas e estão detidas pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2021 a Companhia detinha 1.508.760 (Um milhão, quinhentos e oito mil, setecentos e sessenta) ações.

### f) Reserva de reavaliação

Conforme facultado pela Lei nº 11.638/07, a Companhia, decidiu pela manutenção do saldo de reavaliação dos ativos existentes, sendo mantido até a sua efetiva realização, a qual, com a venda da Usina Siderúrgica, se efetivou.



## 16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A conciliação da receita bruta tributável e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício está demonstrada abaixo:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Receita com aluguel (i)	1.075	8.606
Receita com venda de imóvel	1.493	105.700
Outras receitas	647	723
<b>Total da receita bruta</b>	<b>3.215</b>	<b>115.029</b>
Ajuste a valor presente	-	(1.480)
Impostos sobre serviços	(39)	(4.173)
<b>Total da receita líquida</b>	<b>3.176</b>	<b>109.376</b>

### Receita de aluguel (i)

Refere-se ao contrato de arrendamento da Usina Siderúrgica de propriedade da Companhia para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC). O contrato de arrendamento foi encerrado em 31 de agosto de 2020 e garantia uma renda mensal mínima de R\$ 934 mil, corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado – IGPM.

### Venda de imóvel

Em 31 de dezembro de 2020, refere-se ao valor da venda Usina Siderúrgica para a Companhia Siderúrgica do Espírito Santo (SIMEC), vide detalhes na nota explicativa nº 4. Para 31 de dezembro de 2019, refere-se ao valor da venda do terreno onde se localizava o parque industrial têxtil da Companhia.

### Ajuste a valor presente

Foi calculado com base na deflação das parcelas futuras a receber com base no índice do CDI. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o valor foi revertido e reconhecido como receita de venda de imóvel.

## 17. DESPESAS

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Despesas com folha e provisões	(1.467)	(1.637)
Custo de imóvel vendido	-	(6.768)
Despesas com depreciação	(43)	(192)
Despesas com tributos	(333)	(984)
Despesas com prestação de serviços	(621)	(482)
Despesas com honorários e indenizações	-	(98)
Despesas com reforma e manutenção	(174)	(228)
Outras despesas	210)	(36)
<b>Total despesas</b>	<b>(2.848)</b>	<b>(10.425)</b>
Classificado como:		
Custo dos serviços prestados	(997)	(8.286)
Despesas gerais e administrativas	(1.851)	(2.139)
	<b>(2.848)</b>	<b>(10.425)</b>

## 18. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto basicamente por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
<b>Receita Financeira – rendimento de aplicação financeira</b>	<b>570</b>	<b>15</b>
<b>Despesa Financeira</b>		
Juros e multas	(230)	(825)
Descontos concedidos	-	(896)
Variação monetária passiva	(1.069)	(3.423)
<b>Total</b>	<b>(1.299)</b>	<b>(5.144)</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(729)</b>	<b>(5.129)</b>

## 19. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS OPERACIONAIS)

Composto basicamente por:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Reversão de dívidas com bancos (a)	992	6
Reversão de provisão para contingências (b)	13.951	-
Outras receitas (despesas) operacionais	-	16.144
<b>Total</b>	<b>13.951</b>	<b>16.150</b>

(a) Vide detalhes na nota explicativa nº11.

(b) Vide detalhe na nota explicativa nº14.

## 20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa, que resultam diretamente dos recebimentos de aluguel e da venda de ativo imobilizado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Os instrumentos financeiros correntemente utilizados pela Companhia restringem-se a caixa e bancos, aplicações financeiras, empréstimos financeiros, fornecedores, impostos a pagar, partes relacionadas e obrigações trabalhistas, em condições normais de mercado, estando reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos critérios descritos nas respectivas notas explicativas. Durante o exercício de três meses findos em 31 de dezembro de 2021 a Companhia não realizou operações com derivativos ou qualquer outro ativo de caráter especulativo.

## 21. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pela quantidade final de ações ordinárias e preferenciais nos exercícios, excluídas as ações em tesouraria, se houver.

O resultado básico e diluído é igual, por não existirem instrumentos financeiros ou patrimoniais que possam potencialmente diluir o número de ações. O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros ou prejuízos básicos por ação:

	<u>31.12.2021</u>	<u>31.12.2020</u>
Resultado básico e diluído por ação	9,8099	9,8099
Resultado do exercício	89.427	89.427
Quantidade final de ações	9.116.000	9.116.000
<b>Resultado por ação e diluído (em reais)</b>	<b><u>9,8099</u></b>	<b><u>9,8099</u></b>

## 22. COBERTURA DE SEGUROS

De acordo com as políticas e os negócios atualmente desenvolvidos pela Companhia a administração concluiu não ser necessário a contratação de nenhum tipo de seguro.

## 23. REAPRESENTAÇÃO

Segue ajustes da reapresentação abaixo:

### a. Reapresentação do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020

<u>ATIVO</u>	<u>31.12.2020</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31.12.2020</u>
	(Originalmente publicado)		(reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	5.463		5.463
Contas a receber - clientes	47.660		47.660
Estoques – imóveis à venda	837		837
Impostos a recuperar	57		57
Outros ativos	70		70
	<b>54.087</b>	-	<b>54.087</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Contas a receber - clientes	22.500		22.500
Investimento	117		117
Imobilizado	3.503		3.503
	<b>26.120</b>	-	<b>26.120</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>80.207</b>	-	<b>80.207</b>
 <b><u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>	 <b><u>31.12.2020</u></b>	 <b><u>Ajustes</u></b>	 <b><u>31.12.2020</u></b>
	(Originalmente publicado)		(reapresentado)
<b>CIRCULANTE</b>			
Obrigações sociais e tributárias	7.964		7.964
Credores diversos	1.301		1.301
Empréstimos	995		995
Parcelamentos – REFIS	6.801	(2.400)	4.401
	<b>17.061</b>	<b>(2.400)</b>	<b>14.661</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Partes relacionadas	8.164		8.164
Parcelamentos - REFIS	32.363	(13.744)	18.619
Provisão para contingências	14.574		14.574
	<b>55.101</b>	<b>(13.744)</b>	<b>41.357</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>72.162</b>	<b>(16.144)</b>	<b>56.018</b>
 <b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital social	19.766		19.766
Reserva de capital	64		64
Prejuízos acumulados	(11.785)	16.144	4.359
	<b>8.045</b>	<b>16.144</b>	<b>24.189</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>80.207</b>	-	<b>80.207</b>

**Reapresentação da demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

	<u>31.12.2020</u>	<u>Ajustes</u>	<u>31.12.2020</u>
	(Originalmente publicado)		(reapresentado)
<b>RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS</b>	<b>109.376</b>		<b>109.376</b>
CUSTO SOBRE SERVIÇO PRESTADO	(8.286)		(8.286)
<b>RESULTADO BRUTO</b>	<b>101.090</b>		<b>101.090</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>			
Despesas gerais e administrativas	(2.139)		(2.139)
Outras receitas operacionais, líquidas	6	16.144	16.150
	<b>(2.133)</b>		<b>14.011</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>98.957</b>	<b>16.144</b>	<b>115.101</b>
Receita financeira	15		15
Despesa financeira	(5.144)		(5.144)
Resultado financeiro, líquido	<b>(5.129)</b>		<b>(5.129)</b>
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>93.828</b>	<b>16.144</b>	<b>109.972</b>
Imposto de Renda	(2.955)		(2.955)
Contribuição Social	(1.446)		(1.446)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>89.427</b>	<b>16.144</b>	<b>105.571</b>
Resultado por lote de mil ações – R\$ mil	9,8099		11,5821

**b. Reapresentação do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

	<u>31.12.2020</u> (Originalmente publicado)	<u>Ajustes</u>	<u>31.12.2020</u> (reapresentado)
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Resultado do exercício	89.427	16.144	105.571
<b>Ajustes:</b>			
Depreciação	180		180
Valor de ativo permanente baixado, líquido	6.782		6.782
Juros e variação monetária	4.492		4.492
	<b>100.881</b>	<b>16.144</b>	<b>117.025</b>
Aumento) redução de contas a receber de clientes	(69.537)		(69.537)
(Aumento) redução de impostos a recuperar	509		509
(Aumento) redução de adiantamentos e outros	697		697
Aumento (redução) de obrigações sociais e tributárias	7.629	(16.144)	(8.515)
Aumento (redução) de credores diversos	(4.768)		(4.768)
<b>Caixa originado (aplicado) nas atividades operacionais</b>	<b>(65.470)</b>	<b>(16.144)</b>	<b>(81.614)</b>
<b>Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>35.411</b>	-	<b>35.411</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Adições de imobilizado e investimentos	(266)		(266)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(266)</b>	-	<b>(266)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Ingresso de empréstimos	2.430		2.430
Pagamento de empréstimos	(7.659)		(7.659)
Pagamento de partes relacionadas	(22.009)		(22.009)
Pagamento de parcelamento - REFIS	(2.483)		(2.483)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>	<b>(29.721)</b>	-	<b>(29.721)</b>
<b>(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>5.424</b>	-	<b>5.424</b>
Disponibilidades no início do exercício	39		39
Disponibilidades no final do exercício	5.463		5.463
<b>(Aumento) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.424)</b>	-	<b>(5.424)</b>

## **24. DECLARAÇÃO DOS DIRETORES**

Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no Relatório dos Auditores Independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

**Tonny Salera Primeiro**

Diretor Superintendente

**Décio Evangelista Damasceno de Oliveira**

Diretor Administrativo

**Telmo Tulio Gonçalves de Souza**

Diretor de Relações com Investidores

**Vinícius Oliveira e Souza**

Contador CRCMG: 108.280